

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 27-9-2017.

---

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às vinte e três horas e trinta e seis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Dr. Goulart, Moisés Maluco do Bem, Reginaldo Pujol e Sofia Cavedon. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17 (Processo nº 2262/17). Em Votação, foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 40 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17, por nove votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e votado Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 41 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17, por dezoito votos SIM, quinze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votado Não Airto Ferronato, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Cassiá Carpes. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 42 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17, por vinte e um votos SIM, dez votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago,

Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votado Não André Carús, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Cassiá Carpes. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17, por dez votos SIM, vinte e cinco votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhado à votação por Idenir Cecchim, Felipe Camozzato, Sofia Cavedon, Moisés Maluco do Bem, Cláudio Janta, Rodrigo Maroni, Mauro Zacher, Tarciso Flecha Negra, Fernanda Melchionna, José Freitas, Aírto Ferronato, Roberto Robaina, Dr. Thiago, Mauro Pinheiro, Professor Wambert, Mônica Leal e Cassio Trogildo, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Paulo Brum, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Reginaldo Pujol. Na oportunidade, apresentaram Declarações de Voto ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17 Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon, estes conjuntamente, e Reginaldo Pujol. À uma hora e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de setembro do corrente, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 23h36min):** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **VOTAÇÃO**

**PROC. Nº 2262/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/17**, que aprova a Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGV) para efeitos de lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo ao ano de 2018, altera dispositivos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, fixando novo sistema de alíquotas do IPTU, revoga e altera isenções, e dá outras providências. Altera a Lei

Complementar nº 312, de 1993, alterando as divisões fiscais para áreas determinadas. Altera o § 2º do art. 1º da Lei Complementar nº 535, de 28 de dezembro de 2005, que estabelece a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador da Unidade Financeira Municipal (UFM), modificando o período de variação acumulada do IPCA utilizado como base para atualizar a UFM. Revoga dispositivos da Lei Complementar nº 212, de 1989, da Lei Complementar nº 249, de 1991, e da Lei Complementar nº 260, de 1991.

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 01 a 22, da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03.

**Observações:**

- com Emendas nºs 01 a 22, Subemendas nºs 01 e 02 à Emenda nº 02 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 03;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação a Emenda nº 40, destacada, ao PLCE nº 013/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 40, destacada, ao PLCE nº 013/17.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa noite, senhoras e senhores, são 23h37min, seguimos aqui debatendo as emendas. Esta Emenda nº 40 estipula a ideia de IPTU progressivo no tempo em nossa Cidade. Cabe destacar que essa proposta, essa ideia figura desde o ano de 2002 no Estatuto da Cidade. Então não é uma novidade, não é uma invenção da cidade de Porto Alegre, a ideia de IPTU progressivo no tempo já é aplicada em seis cidades do Brasil, e nós temos como princípio norteador dessa proposta o combate à especulação imobiliária em áreas de ocupação prioritária. Então, isso não vai, de forma alguma, ser aplicado na periferia da Cidade, e, diferente do que alguns inicialmente pensaram, não serve para construções, apartamentos, casas. Essa proposta se aplica para vazios urbanos, para terrenos baldios. Muitos desses terrenos incomodam, inclusive, a vizinhança, porque não têm o tratamento adequado do corte da vegetação, do inço, acumulam detritos, juntam lixo. Esses vazios urbanos são utilizados única e exclusivamente para especulação imobiliário. O comprador mantém a área sem construções justamente esperando que se valorize aquele pedaço de terra para comercializá-lo por um preço melhor. Eis que, para a Cidade, isso é muito negativo. Nós temos ali um espaço que não é utilizado, um espaço que poderia estar fazendo com que haja circulação de renda, de dinheiro, porque nós poderíamos ter uma construção, e a utilização daquele local para moradia ou para alguma outra atividade. Portanto, de acordo com o nosso entendimento, o entendimento da bancada do PSOL – portanto,

falo em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna –, é importante para a Cidade. Esse projeto não consta na pauta do Prefeito Nelson Marchezan Júnior sob hipótese alguma. Se constasse, o Prefeito estaria militando pela aprovação, que garante, também, justiça social, sim, e garante que espaços vazios, terrenos baldios, que não trazem benefício de modo algum para a nossa Cidade, próximos à região central, não se estabelecessem.

Portanto, temos aqui uma proposta para mudar radicalmente a política de organização dos espaços urbanos da nossa Cidade. Nós precisamos sempre avançar, senhoras e senhores, e, no momento em que nós evitamos ou coibimos essas práticas, nós estamos fazendo com que haja, efetivamente, o cumprimento do art. 182 da Constituição Federal, que é a garantia da função social da propriedade, função social que aquele local não seja um local parado por cinco, dez, vinte anos, acumulando detritos e gerando prejuízos para toda a vizinhança, e destine-se, sim, para algo produtivo, para a moradia de alguém, para um estabelecimento comercial, para um museu, qualquer coisa. Não podemos aceitar que a nossa Cidade mantenha espaços ociosos na mão de poucos, que estão única e exclusivamente tentando garantir os seus interesses, que são os interesses de esperar o melhor momento de valorização para comercializar o imóvel numa dessas regiões, que são bastante urbanizadas, que contam no seu entorno com serviços já organizados, estruturados e que deveriam ser utilizados para um fim mais nobre. Assim, pedimos que todas as bancadas se sensibilizem e aprovelem essa emenda que qualifica os espaços na nossa Cidade. Um grande abraço a todos e esperamos a aprovação da Emenda nº 40.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 40, destacada, ao PLCE nº 013/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 41, destacada, ao PLCE nº 013/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 18 votos **SIM**, 15 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 42, destacada, ao PLCE nº 013/17. (Pausa.) (Após a apuração do nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**, 10 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação o PLCE nº 013/17. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que está aqui ainda até esse horário, até a meia noite, isso mostra que a cidade de Porto Alegre participou desse projeto ativa e intensamente. Eu queria pedir um reconhecimento especial ao Líder do Governo, Ver. Moisés Maluco do Bem, pelo esforço de manter a sua base. Não interessa o tamanho, mas o Ver. Moisés se agigantou neste dia todo. Ele se agigantou pela qualidade da sua interlocução, a

serenidade foi a marca dele. E eu queria fazer uma proposta, se eu pudesse fazê-la com a base do Governo: para que todos votassem um unânime “não”. Não para derrotar alguém, mas para não ter vencidos e vencedores. Aqui na Casa não tem vencido e vencedor! Eu tenho certeza, meu Líder Moisés, de que Vossa Excelência... Eu não sei quantos votos o senhor contou para a base, mas que o senhor libere a base para votar. Pode ter certeza de que, se V. Exa. votar a favor do Governo, a favor do projeto, é convicção sua. Quem tiver convicção que vote, mas tem muita gente que tem convicção e não vai votar, acho que faltam votos para aprovar o projeto. A proposta que eu quero fazer é essa, para que não se saia daqui aplaudindo ou vaiando quem ganhou ou quem perdeu. Aqui se está votando pela cidade de Porto Alegre, aqui se está votando por um projeto. As emendas foram votadas uma a uma. Provavelmente, se votado o projeto antes e ele tivesse sido derrotado, ou vencido, as emendas seriam votadas, porque aqui tem Vereadores responsáveis. As emendas apresentadas por cada Vereador foram as emendas em que o Vereador acreditou. Algumas, para espichar a votação, que têm que ser respeitadas; outras, com convicção. Mas eu tenho certeza de que, se este projeto ficar para o próximo ano, para discutir com muito tempo, para construir mais do que discutir, para construir um projeto, para se rever, atualizar a planta, mas com diálogo, com conversa, com entendimento, com uma convergência de ideias, aproveitar as ideias que parecem absurdas de esquerda e que parecem absurdas de direita, e trazê-las para a convergência em favor da Cidade, esse, sim, será um projeto aplaudido por todos. A cidade de Porto Alegre é que nos comanda, a cidade de Porto Alegre e a sua população é que nos olha, é que cobra, é que nos aplaude e que nos vaia. E só à Cidade e só à população de Porto Alegre nós devemos explicações. Somente à população de Porto Alegre devemos obrigação. Nós não devemos obrigação de responder a uma bancada, a outra bancada, a um Vereador ou a outro Vereador; nós temos que responder à população de Porto Alegre. Acho que hoje nós fizemos muito bem, cada um dos 36 Vereadores que aqui está, por unanimidade, está aí o painel, todos os Vereadores estão aqui, à meia-noite, e vamos terminar mais de meia-noite de votar este projeto, porque temos responsabilidade, cada um com a sua consciência e cada um com a Cidade. Por isso, meu Líder Moisés, eu queria pedir a V. Exa. que não houvesse derrotados, libere os seus comandados para que também possam votar “não” ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Boa noite, colegas. Quero, inicialmente, fazer um reconhecimento a todos os Vereadores que ainda estão aqui presentes, cinco para a meia-noite, votando um projeto que a Cidade estava aguardando para ser votado, com grande expectativa. Acho que fizemos muito bem o nosso trabalho representando os anseios da população de Porto Alegre. Eu fui contrário, desde o início, a este projeto, porque acredito que aumento de arrecadação não é o que Porto Alegre precisa; Porto

Alegre precisa de um profundo corte e revisão das suas despesas e dos seus gastos, afinal de contas, as receitas cresceram 2% acima da inflação nos últimos anos, enquanto as nossas despesas cresceram 3%, portanto, mais que as receitas, acima da inflação, nos últimos anos. Ou seja, o nosso problema é de despesas, e eu tenho falado isso desde o princípio. Eu fui veemente contra esse projeto, combati com todas as minhas forças, procurei conversar com todos os Parlamentares, agradeço a atenção de todos por ter sido bem sucedido nessa articulação. Ajudei, acredito, também outros Vereadores a fazerem valer a sua voz e a da população.

Quero dizer especialmente ao Governo que, quando os projetos de redução vierem a esta Casa, especialmente aqueles bons projetos que há muito eu tenho cobrado, eu vou lutar com a mesma energia e disposição pela sua aprovação, porque é isso que Porto Alegre precisa e porque eu prezo – eu e o Partido NOVO – pela coerência e pela redução do tamanho do Estado, afinal de contas, se tem uma coisa que nós precisamos aprender, é que o Brasil não precisa de um Estado grande porque ele é pobre; o Brasil é pobre porque o seu Estado é grande. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Senhoras e senhores, Ver. Adeli, Ver. Oliboni, Ver. Sgarbossa, em primeiro lugar, eu quero agradecer a parceria. Acho que a nossa bancada teve uma tarefa extraordinária, porque é uma bancada de oposição – se orgulha de ser –, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Ver. Robaina e Ver. Prof. Alex, e estava bastante tencionada por entender que talvez fosse uma oportunidade interessante para a Cidade construir uma atualização do IPTU, construindo justiça social. A nossa bancada trabalhou muito unida, se reuniu muitas vezes com o partido, com a sua executiva, e isso me orgulhou muito, com posições diferentes inicialmente, aproximando ideias e compreensões sobre a Cidade. Nós tivemos uma das aprendizagens – e acho que isso é importante para todos e todas – quando se revelou uma planta de IPTU profundamente injusta. Nós temos grande parte da população penalizada e temos outra parte da população, que são os novos, dos últimos 10 a 15 anos, com descontos de até 40% sobre o IPTU, que são setores de classe média e média alta, que poderiam estar contribuindo mais com a Cidade, uma Cidade que tem muitas defasagens na educação, na cultura, na assistência social, na saúde, na habitação, no saneamento, na Cidade que alaga, que não consegue evitar que as moradias da população mais pobre sejam alagadas. Esse é um dos instrumentos. O IPTU é um dos instrumentos de justiça social, é um dos instrumentos que faz a leitura da Cidade e que recolhe da população para beneficiar esta Cidade, Ver. Tarciso. E nós, nessa convicção, discordando do Governo Marchezan nas suas políticas para o funcionalismo, na sua intencionalidade de privatização, na sua forma não dialogada, agressiva, muitas vezes desrespeitosa, tanto com os municipais, quanto com a oposição e com esta Câmara, nos dispusemos a dialogar sobre um projeto

que tinha e tem a contribuição de valorosos funcionários municipais. A nossa contribuição era no sentido de que de fato se apresentasse uma alíquota progressiva e que chegasse nos mais ricos, nas faixas que podem contribuir mais. Não foi possível. E uma alíquota que fosse penalidade de quem não viesse a parcelar no tempo, tratar de dar função social à propriedade, de quem especula com a terra, que é tão necessária. Não foi possível. Também outras distorções que acabaram sendo produzidas aqui durante o debate, das quais discordamos veementemente. Por exemplo, simplesmente isentar o IPTU de mais de 5 mil imóveis sem considerar renda, sem considerar a região onde está, que são os imóveis listados do patrimônio. Não é possível isso, é irresponsável, porque pega uma grande área central onde moram pessoas que têm condições econômicas melhores que maioria da população de Porto Alegre. Portanto, diante dessas distorções e da impossibilidade de avançar num verdadeiro projeto de justiça social, a nossa bancada votará contrariamente ao projeto, mas não é pelas razões que muitos apresentaram aqui, dizendo que o Município não deve arrecadar, que deve diminuir despesas. Nós entendemos que uma sociedade justa... O Brasil é profundamente desigual, onde mais de 60 mil jovens são mortos, negros na sua maioria, por causa da violência, que adveio da desigualdade, da concentração de renda, da propriedade privada, das grandes propriedades privadas, sem a devida política social, sem a inclusão social necessária para construir igualdade.

Portanto, num Brasil profundamente desigual, e Porto Alegre não está diferente disso, é necessário financiamento de políticas públicas, é necessária a transferência de renda a partir dos impostos, é necessário superar os impostos regressivos, como impostos sobre consumo. E, nesse sentido, a bancada do PT segue e seguirá combatendo todas as medidas, combaterá todas as iniciativas que suprimam democracia, que não garantam que a Cidade decida o seu destino, iniciativas que marginalizem o funcionalismo público, que os joguem, que os ataquem com assédio moral, e seguiremos combatendo todas as políticas que concentram renda e privilégios. Por isso, neste momento, votaremos contrariamente a esse projeto do IPTU pela distorção que ele traz, pela impossibilidade de se tornar uma política de redistribuição de renda e de justiça social.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Boa noite, Presidente, colegas Vereadores, todos que nos acompanham nesta quinta-feira – já entramos na quinta-feira –, e gostaria de dizer para todos os colegas rapidamente, antes de ler a nota do Prefeito Marchezan, que repito e reitero tudo o que foi dito nesta tribuna por mim em respeito aos Pares. E quero deixar claro que temos convicção de que o projeto é um projeto de

correção, de justiça tributária, e que nós realmente acreditamos que seja injusto que quem pague mais continue pagando a mais e também é injusto para aqueles que pagam a menos indevidamente. Não deu tempo de imprimir, mas vou ler a nota do Prefeito Nelson Marchezan Júnior, que lamentou na noite desta quarta-feira, 27, a não aprovação do projeto do Executivo que tinha o objetivo de implantar o IPTU real em Porto Alegre (Lê.): “Lamento profundamente a falta de compreensão do momento grave pelo qual Porto Alegre passa na infraestrutura e nos serviços oferecidos à população, resultado do não enfrentamento de problemas históricos e evidentes. Todo o esforço desta gestão é no sentido de reduzir a máquina para que caiba nas receitas, seja mais eficiente e atenda melhor aqueles que precisam do poder público. Foi nessa estratégia que reduzimos em mais de R\$ 500 milhões o déficit herdado, cortamos CCs e diminuimos despesas administrativas, aumentando recursos para saúde, educação e segurança. O projeto do IPTU real iria promover justiça entre os contribuintes, porque hoje muitos pagam mais do que devem, enquanto outros pagam menos do que o seu patrimônio real permite e exige. A atualização da planta de valores não é um projeto do nosso governo. Os estudos existem no corpo técnico da prefeitura há muito anos. Houve omissão. E essa omissão de 26 anos segue agora o curso de uma bola de neve. Porto Alegre continuará sendo a capital mais atrasada do país na justiça da cobrança do IPTU. Temos a convicção de que o atual IPTU de Porto Alegre é um instrumento de injustiça social e tributária, e, a partir de amanhã, já iniciaremos um novo debate para mudar essa realidade. As nossas batalhas são diárias na administração da cidade e seguiremos trabalhando para romper as barreiras do comodismo e, assim, construir resultados concretos em busca da Porto Alegre que todos querem, mas para a qual nem todos têm a disposição de contribuir além dos próprios interesses. Nelson Marchezan Júnior. Prefeito de Porto Alegre.”

Eu, ainda no tempo que me sobra, gostaria de reforçar o que eu sempre disse aos Pares, estou aqui a cada dia aprendendo com as senhoras e com os senhores, agradeço as palavras, acho que a democracia vence, graças a Deus estamos num sistema democrático real. Desde sempre foi respeitado todos os argumentos, nós temos o nosso argumento sobre a questão da base, sobre a questão de liberar, nós sabemos que a base acompanha o projeto por compreendê-lo. Então, na realidade, não faria diferença aqui liderar ou não, porque a gente sabe que as pessoas que estão convencidas do projeto votarão “sim” pelo projeto. Então quero deixar claro, de uma forma muito franca e fraternal, esperamos que, mesmo que no ano que seja ano eleitoral, nós não possamos encerrar aqui, porque a planta de valores precisa, para a Cidade, ser revista. Muito Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.



**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, membros desta Casa, quero dizer que o Vereador Moisés Barbosa fez um grande trabalho. Desde janeiro, alguns jornalistas me perguntavam como seria o IPTU. Eu dizia que o IPTU, provavelmente, seria aprovado com uma diferença meio pequena. Quero dizer ao Ricardo Gomes, ao Camozzato, ao Mauro Zacher, que foram os primeiros, juntamente com o pessoal, a se posicionar sobre esta questão do IPTU, que o Prefeito e a Ver.<sup>a</sup> Mônica – desculpa –, e outros Vereadores que se posicionaram contrários, que a construção do que o Prefeito previu... O Prefeito é vidente, ele já mandou até um documento dizendo que será derrotado. Começou com o próprio Prefeito. Primeiro, mandou a população ligar para os Vereadores cobrando o voto do IPTU; segundo, gravando um vídeo contra os Vereadores, contra esta Casa. O Prefeito tem de respeitar esta Casa. Aqui são 36 opiniões diferentes, e a minha divergência com o Governo vem disso: o respeito com esta Casa, com a pluralidade desta Casa, com os nossos mandatos que nos foram dados pelo povo, com a nossa autonomia. E aí aconteceram coisas.

Quero agradecer a Dona Eroni dos Santos Tavares, auditores da Fazenda, moradora da Restinga, da Rua David Cherman, nº 275, casa quatro, que tem uma casa de 90 metros quadrados e paga R\$ 1.436,00 de IPTU. E aí vocês estão com esse papo furado de que vão fazer o IPTU em cima do valor venal. Quem vai calcular o tal valor venal, até hoje ninguém me respondeu. Quem vai calcular? Quem calculou o IPTU dessa senhora? É esse o IPTU que vai ser calculado? Deve estar pagando muito, Ver. Nedel. E aí os pequenos comerciantes, que têm lojinha de R\$ 1,99, que tem lá um churrasquinho, um mercadinho na Bom Jesus, Vila Jardim, Rubem Berta, Leopoldina, Morro Santana, Partenon, Cefer, Costa e Silva, Safira, Belém Velho, Belém Novo, Restinga, encaminharam aqui, todos com seu CNPJ dizendo que são contra esse projeto, que vai onerá-los, porque ninguém tem o cálculo. Ninguém vai dar um cheque em branco ao Prefeito, que foi para as assembleias do Orçamento Participativo pedir para os delegados e participantes do Orçamento Participativo estarem aqui hoje na Câmara de Vereadores pressionando os Vereadores para aprovar o projeto social, que até agora não provou que é social. Em nenhum momento conseguiu provar.

Acho que vamos ter um bom período para abrir as discussões do Orçamento Participativo, para abrir as discussões com a sociedade de Porto Alegre, para esta Câmara criar uma Comissão Especial para discutir a planta do IPTU. Não vai ser em 30 dias que vamos resolver um problema de 26 anos, e não vai ser ofendendo esta Casa, não vai ser ofendendo os Vereadores de Porto Alegre que nós vamos conseguir aprovar nenhum projeto. Todos nós vimos o esforço que o Ver. Moisés Barbosa e a assessoria do Governo fizeram para aprovar este projeto. Agora, quando se rema por um lado e o timoneiro...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** ...dirige a nau para o outro, a tendência é naufragar numa água bem tranquila. Se o timoneiro está segurando bem o leme, pode vir a tempestade que vier, essa nau jamais naufragará. Essa nau naufragou de novo, porque seu timoneiro subestimou a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, subestimou a população de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Quero me dirigir aos servidores da Fazenda, que permanecem conosco aqui, já são 00h15min, cumprimentá-los pelo trabalho que foi feito e dizer que independente do resultado, a vontade é soberana da Câmara como determina a Constituição e a Lei Orgânica de Porto Alegre, mas isso não invalida o esforço e o trabalho que os senhores e as senhoras fizeram, e a presença dos senhores para nos dar as informações. A todos muito obrigado.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa noite colegas, queria também fazer uma saudação especial ao meu colega Moises. Eu também sou jovem, Moisés, e estava comentando contigo sobre isso aqui na Mesa. Tenho pouco mais de dois anos de mandato, nunca fui Parlamentar, e acho, inclusive, muito bacana por parte do Governo ter colocado um Líder de Governo jovem. Obviamente, com todo o aprendizado que a gente está tendo e a tua suavidade, eu estava falando ali que acho que tu vens par a Câmara bastante tolerante, no meio de pessoas que conhecem bastante, com muitos mandatos, bastante tempo de política aqui dentro. Eu também não sou especialista em todos os assuntos. Acho que a gente aqui hoje tem um momento que vai ser de vitória para nós, Moises. E aí eu quero comemorar contigo. Quero falar na verdade sobre a fala do meu colega e querido Idenir Cecchim, que eu tenho certeza que veio com a melhor das intenções aqui para fazer uma interpretação da Câmara, mas queria discordar. Acho que para nós, do Governo, vai ser fundamental votar e perder unidos, seja com 7 ou 8 votos. Fundamental, Moises, porque nós sabemos o esforço que foi feito durante essas duas semanas, quando se tinha um quadro de 18, 19, 29 Vereadores que estavam tratados para conversar sobre isso. Isso também é bom transbordar para nós internamente, tanto para o Governo quanto para a política em geral. No dia 2 de fevereiro, eu lutei, até o último minuto, quase tive um infarto aqui na Câmara – tinha gente inclusive que disse que eu estava drogado, nunca me droguei na vida, mas diziam que eu estava drogado, já ouvi que sou drogado, isso e aquilo – de tão nervoso que eu estava, Bosco, quando eu combinei aqui, dentro desta Casa, a votação da questão da secretaria dos animais, e tinha também uma lista com 22 votos. Eu tinha isso e acabei com 7 ou 8 votos. E não estou querendo aqui culpar a Câmara, a instituição. Estou dizendo que esta é a semana que quem sabe o que foi tratado com palavra sabe o que foi tratado, Tarciso. Isso é fundamental, e não o que aparece para fora. Tudo bem, quem tem uma posição ideológica convicta, de concepção, eu, particularmente, tenho muito a

aprender aqui de economia com vários dos meus colegas – estes eu respeito, fundamentalmente –, mas aqueles que foram tratados, conversados, porque o Matheus, assim como o Moisés, são prova viva de que a gente tratou, eram 19 ou 20 que iriam votar. Nós não podemos desqualificar aqueles 8 ou 9 que vão manter a palavra do que foi combinado – manter a palavra, mas sendo derrotados. Eu não sou da tese da política no meio do caminho, do time que joga para cá e, daqui a pouco a gente volta, e a goleira virou para lá. Nós estamos fazendo gol para lá, aí, aos 38 minutos do segundo tempo, a goleira agora é nossa, está três a um para o time contrário e nós vamos virar. Eu prefiro perder com convicção, porque o meu pai me ensinou que, na política, na vida ou como ser humano, é melhor ser derrotado... Porque a derrota também ensina, a derrota é fundamental, a derrota é uma vitória, uma vitória de clareza, de valores, de opinião e principalmente de transparência. Só que aí é parte daqueles que combinaram também refletir essa derrota, porque pode ser a vitória, mesmo sendo mais uma derrota. Eu não tenho problema, Ver. Felipe, de a gente perder aqui, acho que é fundamental a gente perder aqui, Mauro. Quero parabenizar o Mauro, o Luciano, o Moisés, todos os Vereadores, o Ver. Airto Ferronato – que estava ali fumando um cigarro comigo e falou sobre manter a palavra –, o Tarciso, quero parabenizar e dizer o seguinte, Moisés: infelizmente, nem sempre na vida, e não estou aqui culpando ninguém, as coisas combinadas se desmantelam. Pessoalmente quero dizer o que eu falei para o Bosco, porque uma coisa que eu não faço é falar ali embaixo uma coisa, e eu sou contra, seja com quem for, com qualquer colega, combinar uma coisa, dar um tapa nas costas e subir aqui e falar outra. Eu falo ali embaixo o que eu falo aqui em cima, eu não bato no corredor, não dou sorriso para quem eu não...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. RODRIGO MARONI:** ...Eu quero dizer que não me magoam em nada os vídeos do Marchezan. Eu nem votei nele, não tenho atestado, nem certificado para defender ele. Não me magoa, porque eu acho legítimo, ele foi eleito e age dessa forma. As pessoas podem sentir como quiserem, cada um tem uma sensibilidade. Mas eu quero dizer o seguinte, acho que é fundamental, neste momento, falar aqui que essa questão de a gente manter a palavra e perder vai ser muito importante para nós.

Eu fui um eleitor nato do PT lá atrás, nunca fui recebido pela direção do PT; fui do Governo do Fortunati, fui recebido duas vezes pelo Fortunati. Quero dizer o que está sendo combinado com a base. No Marchezan, toda segunda-feira, às 22h30min, eu vou lá para levar a minha opinião. Eu quero tentar transformar e acho que, através da ajuda ao Governo, há uma...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. MAURO ZACHER:** Senhoras e senhores, eu pretendo ser breve, porque foram mais de 15 horas de bom debate, com alguns momentos acirrados. Eu aqui faço as minhas referências também ao Líder do Governo, Ver. Moisés, que teve a capacidade e a tranquilidade de, nos momentos mais duros, manter a elegância e o bom debate; ao nosso Presidente, que acatou a vontade política majoritária, que a Casa gostaria de manter e votar hoje; a todos aqueles que, juntamente conosco, construíram, e não foi fácil. Não é acusar aqui algum Vereador que tenha combinado voto. É isso mesmo, o plenário é essa sensibilidade que a gente tem, a gente quer votar acertadamente, a gente quer fazer com que as coisas aconteçam da melhor forma, a gente fica acompanhando a cobrança da população. Estão aqui sindicatos, associações que passaram esta semana, o mês todo dialogando, tentando entender o projeto e não dizendo não, porque a gente queria fazer o melhor. Mexer em planta de valores, mexer em tributos, como o ICMS, o qual temos o direito de não consumir se acharmos caro. Mas o IPTU não, ele chega na nossa conta, não se tem o direito de consumir menos ou mais.

Então eu acho que independente do resultado, o debate não para aqui hoje. Esta Casa está dizendo ao Governo que esse é o debate que nós queremos fazer. Nós discutimos as 42 emendas. Não se trata de uma manobra regimental, é a importância da matéria. Um secretário do Governo saiu; o Líder do Governo pediu para sair. Quer dizer, há algo errado, algo que não está conectado com a representatividade da Casa. E que bom que nós vivemos este momento! Olhem a coalizão dos governos para a tal maldita governabilidade! Ela fez um mal para o Parlamento e estamos pagando até hoje o desgaste e o enfraquecimento! Que bom que mostramos grandeza para enfrentar! É uma coisa raríssima! Eu não lembro de um governo sair derrotado de uma votação! É tanto poder para o Chefe do Executivo, ele tem tantas condições, ferramentas, tanto poder de barganha para aprovar um projeto que nós estamos vivendo esse momento raro. E talvez estejamos dizendo, daqui uns dias, meses, que foi acertado. O tempo pode dar condição para aqueles que talvez estejam em dúvida, para refletirem e formarem as suas convicções. Talvez o tempo nos faça dialogar melhor com os auditores, mostrar mais transparência com o Prefeito e que possamos qualificar o projeto e garantir que Porto Alegre possa enfrentar essa crise, sim, há uma crise fiscal com a diminuição dos repasses da União, do Estado, não é do Município. Enfim, esta tarde fizemos um belo debate. Quero dizer que a democracia cresce. Estamos até a esta hora aqui, porque sabíamos da relevância desse projeto. Se ele fosse aprovado da maneira que eu imaginava, de que muitos que estão aqui e que vão votar contra o projeto, nós sabíamos o impacto que teria na economia da Cidade, na vida das pessoas. Por isso, quero dizer que o Parlamento, a democracia cresce.

Encerro dizendo que nós iremos votar contra o projeto hoje, mas sim pela continuidade dessa discussão, porque merece uma bela discussão. A progressividade

veio à tona, e merece uma boa discussão. Enfim, nós iremos fazer. Eu vi que V. Exa. chorou, porque queria muito que a progressividade acontecesse, não aconteceu agora, mas nós iremos continuar debatendo para que esse assunto não pare, não morra por aqui, porque nós sabemos que nós temos muito a avançar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa noite a todos, boa noite à Mesa, Presidente Cassio, o Ver. Valter Nagelstein, cumprimento o Ver. Moisés Maluco do Bem, Líder do Governo, e a Ver.<sup>a</sup> Sofia pela sua emenda. Eu não sou Governo, gente. Muita gente está achando que sou Governo; eu sou social, eu sou pelo povo. Essa é a minha luta, é pelo povo. No esporte, há um mês, eu fiz, votamos e perdi; eu cansei de ir para os pênaltis, bater, errar, e bater e fazer. Então, não tem pressão comigo, Moisés. Não tem pressão. Não sou Governo, sou independente, vou votar com o Governo, muitas emendas maravilhosas vão passar, se esse projeto não for aprovado. Muitas emendas maravilhosas vão passar, e o IPTU vai continuar igual. Quer dizer, vamos acho que errar de novo, porque vai vencer aquele que poderia ajudar um pouco Porto Alegre a ser uma Porto Alegre maravilhosa, uma Porto Alegre linda. E o trabalhador não aguenta mais, quem paga essa conta é o trabalhador. Eu sou contra e vou ser sempre, vou ser independente, todos os projetos e emendas maravilhosas que houver, eu não vou olhar a cor, eu vou votar “sim”.

Presidente, obrigado, fiquei até este momento, mas valeu. Cada dia a gente aprende mais dentro deste plenário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17, pela oposição.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa noite a todos e a todas, eu concordo com uma coisa, com a nota do Marchezan quando ele diz que a Cidade passa um momento muito grave. Nós não temos dúvidas de que Porto Alegre passa por um momento muito grave, mas é a única parte que nós concordamos da carta enviada pelo Marchezan nas redes sociais e que o Líder leu aqui na tribuna. Porto Alegre passa por um momento gravíssimo justamente por ter um Governo que promete uma coisa na campanha eleitoral e faz outra depois de eleito; por ter um Governo que é marcado pelo autoritarismo, pelo desrespeito com os conselhos municipais. No Orçamento Participativo, ele teve a capacidade de suspender as plenárias para novas demandas, não

discutir a planta do IPTU, e dizer para os conselheiros virem à Câmara pressionar os Vereadores! Tem que ter muita capacidade de fazer uma demagogia desse tipo. Um desrespeito com os Vereadores da Cidade, seja para pedir para ligar, para as ameaças no sentido de ofender, de chamar de covarde, dizer que estão legislando pelos seus imóveis – eu tenho muita tranquilidade porque não tenho imóvel nenhum –, seja nos ataques permanentes à bancada de oposição. Quando ele pode, ele fala do PT, fala do PSOL, fala do Simpa, fala dos sindicalistas, fala dos movimentos sociais, fala dos que lutam, é um Governo marcado pelo autoritarismo. E um Governo autoritário obviamente se autoisola da sua base, porque já perdeu vários secretários, alguns por investigação, como aquele Costa que estava lá na Procempa; outros por questões ideológicas. Um Governo que não consegue coesionar a base para votação desse projeto do IPTU, que não tem nada que ver com a intervenção do Ver. Moisés aqui na Câmara, mas justamente da política do Governo com o conjunto da Cidade e com o projeto enviado para a Câmara de Vereadores, e, ao mesmo tempo, quer votar um projeto desse tipo num atropelo.

Nós da oposição temos toda a tranquilidade para discutir a progressividade com democracia, para discutir a progressividade com transparência, para discutir uma progressividade taxando os ricos e a especulação imobiliária, para discutir uma progressividade que não onere a classe média e as classes trabalhadoras, para discutir um modelo que seja um modelo de justiça social e tributária. Mas não no atropelo; não no afogadilho; não com cheque em branco para o Governo; não com uma votação no escuro, sem transparência; não com uma votação que não aceita a taxaçaõ dos milionários com cinco milhões; que não aceita o imposto progressivo; que não aceita a taxaçaõ dos vazios urbanos. Esse não é o nosso modelo de projeto, então, nós temos a convicção de que a derrota hoje do Governo também é expressão dessa crise que o Governo está vivendo, que não é ainda terminal, mas que é uma crise muito grave numa cidade que está vendo a assistência social colapsar, que está vendo a falta de investimentos, que está vendo a dificuldade de ter relações e de ter possibilidades de conquistas, numa sociedade e numa cidade que está vendo o desrespeito com os servidores públicos e a política permanente de atacar o serviço público para aqueles que mais precisam, numa lógica do Estado mínimo para o povo, e o Estado máximo para os amigos do Governo. Nós vamos encaminhar, obviamente, pela rejeição deste projeto do IPTU, porque nós temos a convicção de que ele, lamentavelmente, veio desta forma, aos 45 minutos do segundo tempo, sem debate com a Cidade, taxando a classe média e a classe trabalhadora. Sem nenhum demérito ao trabalho dos técnicos, que nós sabemos que fizeram um trabalho sério, mas o Governo Marchezan não nos deu nenhuma condição de ter simuladores, de ter a possibilidade de fazer o impacto real desse projeto na vida dos porto-alegrenses. Mais do que isso: essa relação que ele construiu com a Câmara ajuda nesse isolamento, mas é preciso também que a Câmara intervenha, tenha independência, tenha autonomia e seja capaz de postular uma alternativa diante desta crise que o Município vem vivendo. O Governo Marchezan só vai aprofundar a crise, seja com autoritarismo, seja com a receita recessiva, que é de retirar direitos, sucatear os serviços, tendo muito impacto para a economia municipal, para pior, por óbvio, e é por

isso que nós, da oposição, temos muita tranquilidade de dialogar com as bancadas independentes, colocando a necessidade do nosso papel histórico de não só derrotar este projeto do IPTU, como de derrotar o pacote que mexe nos direitos dos servidores, derrotar o pacote que mexe nos direitos da população no que diz respeito ao transporte coletivo, derrotar esta lógica autoritária e recessiva imposta na cidade de Porto Alegre...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** ...Não vou usar um minuto. Lógica essa que não condiz com a nossa história. A história de Porto Alegre é a histórica da democracia, é a história da luta, foi a Capital da Legalidade, é preciso resistir. Nós, da oposição, estaremos lutando nas ruas e, ao mesmo tempo, na maior frente possível aqui na Câmara de Vereadores, para derrotar esse projeto autoritário que está na Prefeitura e, ao mesmo tempo, para apresentar uma alternativa para o povo de nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. JOSÉ FREITAS:** Bom dia, senhores e senhoras; bom dia, Presidente, já estamos, e eu vim colocar a posição do PRB, porque até não sou muito de falar, mas parece que, se a gente não falar, está se acovardando. E quero colocar a cara na telinha e falar o sentimento nosso, do PRB, eu e o Ver. Alvoni Medina, e queria dizer uma coisa para todos: só convence quem está convencido. Todos que me procuraram para votar a favor do projeto não estavam convencidos, porque, senão, teriam me convencido. Em nenhum eu senti firmeza e nenhum contrariou o que eu falei e que vou falar em poucas palavras aqui. Em momento algum eu senti tranquilidade, eu sempre falei isso, desde o início. Não estou tranquilo em votar nesse projeto, porque eu me coloco no lugar das pessoas. Não é de padrão mais baixo ou mais alto, é no lugar de todos. Eu acredito que, se esse projeto passar como estava inicialmente, irá causar um grande transtorno para os cidadãos de Porto Alegre, para todos nós. Sei que há muitas injustiças, sei que o projeto é para eliminar muitas injustiças, mas eu acredito que mais injustiças irão acontecer se o projeto passar. Como a Dona Marisa, do bairro Serraria, uma senhora que trabalha em casa de família, ganha R\$ 1.400,00, o IPTU dela era R\$ 163,00 e passou para R\$ 2.920,00, e ela mora no morro lá na Serraria. Ela procurou a Secretaria da Fazenda, como eu já procurei, e não foi atendida até hoje. Pelo contrário, disseram para ela que estava devendo R\$ 8 mil. Até hoje não consegui resolver o problema entrou na Justiça. Sabemos que existem injustiças, mas eu não vou fazer parte desse aumento, não vou ajudar dessa forma, não. Se a planta está defasada, precisa ser

revisada, eu entendo que tem que chamar essas pessoas. Qual é o mecanismo que vai criar – aí, cabe à Fazenda, à Prefeitura – para regularizar essas plantas? Agora, todo mundo pagar, eu acho que não é justo. Então, por isso, nós, do PRB, iremos votar contra. Somos parceiros para ajudar o Governo, mas, dessa forma, não conta conosco. E, se o Prefeito Marchezan quiser partir dessa atitude do PRB, quiser ser nosso inimigo, tudo bem, nós estamos aqui para construir e para lutar por Porto Alegre melhor.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta Sessão, nossos telespectadores e ouvintes; aqui, a questão não é de amigo ou inimigo, aqui é questão de nós compreender o que estamos discutindo nesta tarde.

Eu, primeiro, vou fazer uma preliminar. O nosso estimado Vereador Ricardo disse que o Brasil é pobre porque o Estado é grande. Eu diria que o Brasil é pobre porque se rouba demais. Aqui, no País, o Estado é do tamanho das demandas, das necessidades e das cobranças do nosso povo. É verdade que há grandes encargos. Esses encargos existem porque o cidadão e a cidadã, em tudo o que acontece de necessidade, chamam, primeiro, o Estado – pobre, médio ou milionário.

Eu respeito posições contrárias, estou falando aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Eu vou votar a favor do projeto e o Ver. Paulinho Motorista vai votar contra, e nós não combinamos isso, é a posição de cada um. Eu quero dizer que eu ainda não entreguei os pontos. Aqui está uma espécie de choradeira, o perdedor, o ganhador, nós podemos vencer ainda, meu caro Cecchim; acredito que vamos vencer. Em março deste ano, eu estive em uma reunião em um seminário com nossos colegas fiscais da Receita Municipal. Na ocasião, nossos colegas diziam que estariam estudando, elaborando, construindo uma proposta de atualização da planta de valores. Eu quero registrar os exemplos que nos deram aqui com toda certeza. Estão dizendo: não, eu pagava 100, agora pago mil. Não paga mil por causa da lei que vamos aprovar. Paga mil por outras questões do passado. Eu tenho absoluta certeza de que, se estão pagando mil em uma região em que não é mil, nossos colegas da Fazenda fizeram cálculos e eles teriam valor reduzido. Esta é a minha convicção, porque o projeto foi amplamente debatido na Fazenda. Aqui nós tivemos a possibilidade de três alternativas. A primeira delas é a nossa atualização da planta de valores, que causa, sim, extraordinária injustiça na cidade de Porto Alegre, causa, sim, repito, injustiça! Pessoas que pagam mais, outros pagam menos. Isso não é culpa de ninguém, não estou criticando ninguém. Estou dizendo que a regra está assim por uma questão de uma planta que não se atualiza há 26 anos, e eu era Vereador quando atualizamos a planta, lá em 1991. Então, a primeira questão é a planta; a segunda questão foi a emenda do Ver. Cassio Trogildo, que propõe que as isenções e as reduções, por parte dos que vão ter o



imposto reduzido, teriam benefício desde já – e são mais de 200 mil pessoas ou imóveis –, e os reajustes seriam diluídos em 12 anos. Cá para nós, uma planta que há 21 anos não é atualizada, se dá um prazo de 12 anos para concluir a atualização, meu Ver. Janta, não é uma coisa tão drástica e dramática como aqui se pretendeu fazer. E eu tinha uma emenda que propunha que aumentássemos agora 30% em três anos – dez, dez e dez...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. AIRTO FERRONATO:** ...Então, pela minha emenda que daria o reajuste de 30% no máximo, e que este reajuste seria diluído em três anos, também seria uma proposta que poderia ter sido analisada um pouco melhor, mas, lamentavelmente, ela foi prejudicada. Voto “sim”, porque disse aos colegas da Fazenda que votaria “sim”, porque acredito na competência, na capacidade e não acredito, não é possível que eles estariam ali fazendo um trabalho de mordedores, no bom sentido, “Bom, vamos prejudicar todos”. Está equivocado esse pensamento.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Eu ouvi muitas intervenções dizendo que este é um debate que foi feito de modo muito exaustivo. Este debate não foi feito de modo exaustivo. Na Câmara, dentro de um mês, até que se pode dizer que houve um debate um pouco mais aprofundado, embora nós tenhamos tido apenas uma audiência pública, mas, na Cidade, com a população, esse debate não existiu, com o nível de complexidade que exige esse assunto, com a mudança que implica na vida das pessoas, esse debate não existiu. Ele foi conduzido, e nós precisamos levar isso em conta, por um governo... Por que tem tanta importância aquilo que o Ver. Carús transmitia em relação à posição do Marchezan na campanha? Porque o Marchezan, na campanha, disse que não precisava aumento de impostos. Nove meses depois, ele traz para a Câmara de Vereadores um projeto com muitas mudanças, alguns elementos dessas mudanças são necessários. Atualização do valor venal dos imóveis é uma necessidade. Nós colocamos de modo claro que estamos inclusive dispostos a discutir e encaminhar essa questão através, inclusive, da progressividade. A progressividade é a única forma possível de atualização do valor venal dos imóveis, mas nós não poderíamos aceitar a aprovação de um projeto no atropelo. E por quê? Primeiro, porque a população não discutiu, mas também pela natureza do Governo. Não tem como abstrair a natureza do Governo. Não se pode abstrair o que o Governo fez ao longo de nove meses. O Governo não buscou dialogar com a Câmara de Vereadores. Com a oposição nem se fala: foi ataque sistemático. Mas não só contra a oposição, foi contra a cidadania. O Marchezan

começou seu Governo atacando os professores municipais. O Marchezan seguiu o seu Governo atacando o conjunto dos servidores com uma série de pacotes que estão tramitando nesta Casa. Em seguida, atacou a segunda passagem. Depois albergou posições de extrema direita, que fizeram mobilizações contra a cultura, contra a arte, contra direitos elementares, que foi a posição do MBL, atacando exposição, peça de teatro. O Governo Marchezan, enquanto estávamos discutindo a mudança de política tributária, estava anunciando um ataque organizado contra os rodoviários da Carris, ameaçando com a privatização. Antes disso, ameaçou a privatização do DMAE.

Então, nesse tipo de Governo, quando se é oposição e quando a oposição é uma minoria na Câmara de Vereadores, é preciso lembrar que, ao término do primeiro semestre, a oposição terminou com 7 Vereadores e a sustentação do Governo, na minha opinião, com todos os demais. O segundo semestre, felizmente não é assim. Eu fiquei muito satisfeito que o Ver. Cláudio Janta tenha rompido com o Governo e hoje esteja ajudando a impedir que o direito à segunda passagem termine, que esteja ajudando no combate à privatização do DMAE e Carris. E eu falo no Janta, mas acho que posso estender isso para a bancada do PDT, para Vereadores como o André Carús, posso estender isso, inclusive, para Vereadores como o Dr. Thiago, Cassiá Carpes. Eu acho que a situação no interior da Câmara se alterou, e, para quem faz oposição, é muito importante, quando ela é minoritária, saber construir as alianças necessárias para impedir que os projetos nefastos do Governo Marchezan sejam aprovados na Câmara de Vereadores. Porque só o que eu vi chegar na Câmara dos Vereadores foram projetos prejudiciais para a sociedade, para Porto Alegre! Então, nós, que somos oposição, poderemos ter a opção de continuar numa linha simplesmente demarcando posição e não buscar ampliar a possibilidade de uma aliança capaz de derrotar os projetos do Governo.

Eu tenho certeza de que setores que estão votando também nesse projeto, como o Ver. Ferronato e o Ver. Paulinho Motorista, vão ser parte nessa luta contra a privatização da Carris, do DMAE, contra os projetos que estão aqui contra os servidores. Derrotar esses projetos ainda é uma pauta negativa, infelizmente não é uma pauta positiva para enfrentar a crise da Cidade, mas no que diz respeito à política tributária, nós queremos deixar claro para o Governo, se o Governo quiser fazer uma política tributária realmente progressista, mas com controle público, com transparência, ele terá os votos da oposição, sem penalizar a classe trabalhadora e a classe média. Nisso o Governo não vai contar conosco. Mas nós estamos fazendo um chamado de resistência contra um Governo que, infelizmente, tem atuado contra...

(Som cortado conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/17.

**O SR. DR. THIAGO:** Eu quero, inicialmente, fazer uma grande saudação ao meu Líder, Ver. Reginaldo Pujol, que tem entendido todos os posicionamentos que temos tido, às vezes, não concordando, mas profundamente respeitando a nossa condição. Ele deve estar na plateia e quero fazer esse registro.

Eu quero discordar do Ver. Robaina no que tange ao posicionamento da nossa bancada do Democratas. Nós, desde o primeiro momento, tomamos a posição de independência, continuaremos assim e esse vai ser o nosso norte nessa gestão. Quero dizer ao Ver. Ferronato que também acredito nos servidores da Fazenda, mas acredito na sensibilidade desta Casa. Nem tudo o que o técnico aponta nos números, na matemática tem como ser colocado em prática, principalmente na situação econômico-financeira de crise que o País atravessa. Não é o momento de aumento de impostos. Acho que foi um grande aprendizado o dia de hoje, a Câmara foi profundamente sensível como poucas vezes eu vir ser, e ela é a essência da democracia. A Câmara Municipal de Porto Alegre representa o conjunto do pensamento político da Cidade, por isso ela precisa ser respeitada por quem quer que seja, mesmo que essa pessoa, em determinado momento, na eleição, como o Prefeito no Executivo Municipal, tenha dito a maioria do pensamento político da Cidade. Ele tem que entender que a Câmara Municipal, que as câmaras contêm o conjunto do pensamento político e por isso precisa ser respeitada.

Eu acho que dois alicerces foram muito importantes para nós chegarmos a este momento e estarmos na iminência de rejeitar o projeto vindo do Executivo. O primeiro foi a falta de transparência. Então, para novas discussões, para oportunas discussões, o Executivo deve iniciar com a possibilidade de a pessoa, de o cidadão comum na cidade de Porto Alegre poder acessar o *site* da Prefeitura e verificar, de forma transparente, de forma livre, quanto vai aumentar ou diminuir o seu IPTU. E a segunda foi o aumento de impostos. São arrecadados R\$ 400 milhões de IPTU, e nós passaríamos, segundo as palavras do Secretário, para R\$ 470 milhões já no primeiro ano e um aumento de 50%, ou seja, chegando a quase R\$ 600 milhões ou um pouco mais a partir dos três anos. É uma tributária avassaladora que nenhum munícipe, nenhum cidadão de Porto Alegre pode aguentar.

Quero finalizar minha fala fazendo um reconhecimento a três grandes Vereadores, claro que todos Vereadores têm seus méritos, seus posicionamentos: em especial cito o Ver. Paulinho Motorista, Ver. Alvoní Medina e o Ver. José Freitas. Ver. José Freitas, a sua fala aqui me representa, o senhor expressou o sentimento, nesta tribuna, que eu tenho. Portanto, quero lhe dar os parabéns e dizer que esse seu pronunciamento aqui é exatamente o pronunciamento que eu tinha vontade de fazer, um pronunciamento de desabafo que eu tinha vontade de fazer.

Finalizando, eu quero dizer ao Prefeito Municipal, em alto e bom tom, uma sugestão, de forma muito humilde, sincera e fraterna, que ele aposte e tenha gestão e utilize outra ferramenta que não seja o aumento de impostos, porque foi esse Prefeito que foi...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

**O SR. DR. THIAGO:** ...eleito pela população de Porto Alegre, um Prefeito que utiliza outra ferramenta que não o aumento de impostos. A sociedade porto-alegrense, gaúcha e brasileira não aguenta mais aumento de impostos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público nas galerias e na TVCâmara. Quero agradecer ao pessoal da Fazenda do Município de Porto Alegre, porque, na primeira reunião de que participei sobre este projeto do IPTU, eu já cheguei na reunião com a posição de votar contra o projeto, por pensar que estávamos mais uma vez aumentando impostos, sem discutir, com aquele pensamento fácil de que temos de reduzir despesas... Aí começamos a ver a apresentação da Fazenda, eles começaram a explicar o projeto, a forma como foi feito, que há 26 anos a planta de Porto Alegre não era revista, então a gente começou a entender o projeto. A partir dali o pessoal da Fazenda, que continua nos acompanhando, fez várias reuniões – eu participei de várias reuniões –, e se colocaram à disposição para que a gente pudesse tirar as dúvidas. Eles foram sanando todas as dúvidas que tínhamos e explicando, e, a partir dali, eu comecei a entender melhor o projeto. Aquilo que é o discurso fácil, que a população gosta de escutar, que “vou votar contra porque vai aumentar impostos” é o discurso mais fácil que tem para se dar e dizer que “vou votar contra este projeto porque ele vai aumentar impostos”. Talvez alguns Vereadores não tenham entendido o projeto na sua amplitude, pois é um projeto bastante complexo e quem realmente não se dedicou a estudar, a escutar e discutir não iria entender, porque é um projeto bastante complexo. O Ver. Airto Ferronato, que há muitos anos participa da Secretaria da Fazenda e tem o conhecimento, é um técnico e Vereador, sabe que é bastante complexo e, se a pessoa não se dedicar, não estudar e não perguntar não vai compreender mesmo. Outros, ideologicamente, certamente poderiam passar dois anos discutindo o projeto e não iriam votar a favor, porque, ideologicamente, também não concordam ou com o projeto ou com o próprio Prefeito. Então, muitas vezes a gente usa esta tribuna para dizer: “Ah, este projeto veio de forma muito rápida, não passou na minha Comissão, eu não consegui discutir, ele não teve a discussão necessária e eu vou votar contra”. É muito fácil usar as artimanhas e faz parte do jogo político. A gente escutou aqui todo o debate durante todo o dia de hoje.

Quando a gente começa a prestar a atenção e a discutir, a gente vai aprendendo. Aqueles que quiseram aprender aprenderam, Ver. João Carlos Nedel, o senhor que também é um técnico e entende de finanças.

A lei que foi aprovada em 1991 tem várias travas que impediram o crescimento e o aumento de alguns impostos que foram utilizadas pela população,

algumas de uma forma, outras de outras, prédios, apartamentos e condomínios ou casas, uma do lado da outra, do mesmo tamanho, apartamentos do mesmo tamanho, no mesmo prédio, um paga R\$ 10,00 e outro paga R\$ 500,00 porque tem travas que foram utilizadas impedindo que a Prefeitura aumentasse esse imposto. Na verdade, o que está dizendo aqui que vai ter um grande aumento de imposto é um ajuste de alguns que não pagaram durante alguns anos um imposto que deveriam pagar, e outros que estão pagando injustamente um valor mais alto acabam não pagando porque existem travas, existem mecanismos. Esta revisão da planta iria corrigir vários destes mecanismos e, desta forma, claro que alguns teriam aumento do seu imposto. Só que a emenda que foi aprovada aqui do Ver. Cassio Trogildo, que previa que, no primeiro ano, no máximo, seria 20%, que de certa forma era uma trava para impedir que o dono daquele empreendimento, já que o Governo não teve coragem de mexer há mais de 26 anos, tivesse um aumento de um dia para o outro. E ele também não tem culpa, se o Governo foi incompetente, não teve a gestão necessária para corrigir, e não pode ser penalizado. Então teve novamente uma trava que levaria até doze anos para ser corrigido para aqueles que tivessem um aumento maior. Então eu acho que de certa forma teria justiça. Eu vi um apartamento, por exemplo, que ia passar de R\$ 400,00 para...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. MAURO PINHEIRO:** ...para R\$ 700,00, o que não é nenhum absurdo, aumento de R\$ 300,00, mas seria um aumento em percentual bastante elevado. No primeiro ano ele passaria para R\$ 480,00, ia subir só 20%, quer dizer, ele já deveria estar pagando R\$ 700,00 há mais de 10, 15, 20 anos, e no primeiro ano ele continuaria pagando R\$ 480,00; no segundo ano mais 20% em cima dos R\$ 480,00, que daria mais R\$ 96,00, então ele levaria 4, 5, 6, 7, 8 e alguns até 12 anos para chegar ao valor. Então de forma progressiva nós conseguiríamos cobrar daqueles também que têm melhores condições e podem pagar mais, e aqueles que têm menos condições, pagariam menos e teria uma justiça fiscal. Portanto eu fui convencido pelos técnicos e não pelo Prefeito, o meu voto seria pela Cidade e não pelo Prefeito e não pelo Governo, e sim porque eu acredito que este projeto seria bom para a cidade. Quero agradecer aos técnicos que prestaram todo o apoio para que eu pudesse entender esse projeto. Muito obrigado e votarei “sim”.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. PROFESSOR WAMBERT:** Sr. Presidente e colegas Vereadores, pessoal do povo de Porto Alegre que está nas galerias, resistindo, você que está em casa

nos acompanhando pela TVCâmara, quero começar, Ver. Moisés, o meu pronunciamento me somando a todos aqui que subiram à tribuna para elogiar a sua postura, a sua conduta, a sua capacidade de conduzir, a sua resiliência, até um certo grau de doçura, elegância, que nos encheu de orgulho. E acho que o Prefeito de Porto Alegre deve saber de tudo o que vocês fez nesta Casa para defender o Governo e o Prefeito, dessa forma tão elegante. Quero cumprimentar, também, o nosso Presidente, Cassio Trogildo, que, por quase 16 horas de jornada, conduziu, de forma muito competente, os nossos trabalhos, trazendo-nos muita segurança. Mas quero, ainda, nesse primeiro minuto, falar do Prefeito Marchezan. Quero fazer um testemunho. Desde segunda-feira, em reunião no Paço Municipal, eu comuniquei que estava muito difícil para mim votar a favor desse projeto. Eu não recebi, e quero dar esse testemunho, Ver. Moisés Barbosa, nenhuma pressão ou constrangimento, nenhum ato de deselegância ou qualquer tipo de proposta, insinuação e pressão do Prefeito Nelson Marchezan. Ele se comportou comigo como um magistrado. Tive uma reunião, segunda-feira, no Paço, com o pessoal da base e comuniquei da minha dificuldade de votar a favor de um projeto, eu que, ao longo de toda a minha história, lutei contra o aumento de impostos. Eu que sou de um partido que tem como questão fechada o não aumento de impostos. Eu que, há poucos dias, estava num programa partidário, no qual eu falava que boa parte do parlamento faz vistas grossas ao aumento de impostos. Então, eu não teria clima, nem história, nem biografia para votar a favor deste Projeto. Mas deixo minha homenagem, também, ao Vice-Prefeito Gustavo Paim, articulador do Governo, pela forma, também, elegante com que ele se esforçou para apresentar e aprovar esse Projeto. Nós sabemos, colegas Vereadores, que, quando um eleitor chega na urna e coloca o voto dele, ele assina uma procuração. E daí vem o nome mandato. Eu não sou dano do meu nariz. Eu não mando em mim, quem manda foi quem me colocou aqui. E quem me colocou aqui não quer que eu vote neste projeto. Escutei atentamente os meus eleitores, a população e os colegas. Fiz questão de resguardar o meu voto, porque eu não queria que isso comprometesse o debate e que eu recebesse algum tipo de pressão para que eu mudasse o voto, mas que os argumentos fossem honestos e sinceros, para que eu pudesse, no meu primeiro mandato, compreender a complexidade desse tema que é a planta de Porto Alegre. Vivemos um problema estrutural, Ver. Dr. Thiago, e o Ver. Camozzato tocou neste assunto também, que vem desde a fundação do Brasil. O Brasil, diferentemente dos Estados Unidos da América, Ver. Zacher, nasceu de cima para baixo. Thomé de Souza chegou ao Brasil nas suas caravelas, e desembarcou o Estado quando não tinha população, não tinha sociedade. Diferentemente da sociedade norte-americana, que é dela que resulta o Estado, o Estado norte-americano é filho da sociedade, no Brasil é o contrário, foi o Estado português que criou a sociedade brasileira. E temos, então, a sociedade com um vício terrível, que é totalmente dependente do Estado. Mas vou concordar com o Ver. Ferronato, em dizer que quem determina, Vereador, o tamanho do Estado, é a sociedade. Quanto mais forte a sociedade, menor o Estado, mas quanto mais dependente...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. PROFESSOR WAMBERT:** ...quanto mais dependente a sociedade, maior será o Estado. Eu defendo o Estado necessário, e esse Estado necessário que eu defendo é fortalecendo a sociedade para que a gente possa prescindir do Estado. Não se fortalece a sociedade metendo a mão no bolso do cidadão. Quero dizer aqui, como Joaquim Nabuco disse lá no senado do Império: o grande problema do Brasil é que o Brasil é uma sociedade de cima para baixo, é uma sociedade que é filha do Estado, não é uma sociedade que cria o seu Estado. Nós temos que mudar essa lógica. Não podemos perder a esperança e votar sempre a favor da sociedade e não propriamente do Estado. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Bom dia. Confesso que nem ia falar, tinha me programado para não me manifestar, mas mediante a um fato que detectei nas redes sociais e sou obrigada a subir à tribuna para compartilhar da minha tristeza pela publicação do Prefeito Nelson Marchezan na sua rede social. Agora, há poucos minutos, o Ver. Moisés leu a nota do Prefeito, mas ele não leu inteira, deixou uma última frase, eu sou muito observadora, mania de jornalista, e no Face do Prefeito tem uma frase que diz assim – vou ler o parágrafo para que os senhores entendam até onde o Ver. Moisés foi e a frase que ficou faltando – “as nossas batalhas são diárias na Administração da Cidade, e seguiremos trabalhando para romper as barreiras do comodismo, e assim construir resultados concretos em busca da Porto Alegre que todos querem, mas para qual nem todos têm disposição de contribuir além dos próprios interesses”. Esta frase faltou, durante um bom tempo eu escutei calada as agressões que vêm por parte do Sr. Prefeito Nelson Marchezan, quando ele disse também quando ele gravou um vídeo explicando à sociedade sobre o projeto do IPTU, e nesse vídeo, ele fala que o Vereador tem que votar pela sua Cidade, por esse tributo, que é um dos mais justos que nós temos, e não pensando no seu IPTU. E escutei aqui também o Ver. Mauro Pinheiro dizer que ouviu muitos discursos, manifestações nesta tribuna, discurso fácil, alguns não entenderam o projeto, a grande maioria aqui tem dificuldade, pelo o que o senhor falou, não estudaram, não discutiram o projeto, outros porque ideologicamente não concordam. Olha, Ver. Mauro e Prefeito Marchezan, eu fui 12 anos assessora do Ver. Pedro Américo Leal quando era permitido, não havia o nepotismo. Cheguei naquele gabinete como o primeiro dos cargos, abrindo a porta e atendendo ao telefone e me tornei chefe de gabinete, assessora de comunicação, Vereadora Suplente, candidata ao Senado, Secretária de Estado da Cultura e Vereadora titular, a mais votada do Partido Progressista e a mais votada da coligação vencedora, o meu partido, o Partido Progressista, promoveu a vitória do Prefeito Marchezan com a promessa de que não

haveria aumento de impostos. Por isso eu me manifestei, desde o início, contra este projeto e levei ao conhecimento do Presidente do meu Partido, Celso Bernardi, do Rio Grande do Sul, do Presidente do meu partido, de Porto Alegre e do Vice-Prefeito que é do Partido Progressista, que eu não compactuaria com mentiras, que não votaria a favor deste projeto. Fiquei calada, não garimpei votos durante até o dia de hoje, escutei tudo e a todos, agora, não venham dizer, nesta tribuna ou em redes sociais que quem não votou a favor deste projeto é porque votou pensando no seu IPTU, é porque não entendeu o projeto, é porque não estudou ou porque não sabe debater, porque se tem uma coisa, na minha vida, que eu aprendi, até porque eu sou formada em jornalismo, pós-graduada em ciência política, o que eu faço é estudar, quando eu não entendo eu me cerco de técnicos devidamente preparados e procuro entender e aprender. Eu votei contra, o Ver. Ricardo Gomes votou contra e o ver. Cassiá Carpes também, porque nós acompanhamos a realidade do povo, na Capital fecharam perto de duas mil lojas no semestre, famílias endividadas, tirando crianças de escolas particulares, quem tem imóvel, não significa que é rico, tijolo não paga conta, uma senhora que teve um ganho patrimonial há 30 anos não significa que a mesma tenha tido...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. MÔNICA LEAL:** ...escutei, todo o tempo dos líderes na tribuna, das pessoas que fazem parte deste Governo, que defendem este projeto, que era uma justiça fiscal. Se fosse, poderiam ter enviado uma revisão de planta sem aumento, mas não. Enviaram um projeto com aumento bem substancial, que deixaria famílias endividadas. Ora, o contribuinte não pode pagar a conta por 26 anos de nada feito, das gestões que por ali passaram. Eu não sou gestora municipal neste momento, mas penso que a sociedade não suporta mais a carga tributária que possui. Se existe alguma a ser feita, é reduzir os gastos; depois, sentaremos e vamos conversar. Mas o povo não vai pagar esta conta!

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 013/17.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Como disse o Ver. José Freitas: bom dia, Presidente dos trabalhos neste momento, Ver. Valter Nagelstein. Começamos às



9h45min, agora é 1h17min, temos quase 15 horas e 30 minutos de trabalho, tivemos um pequeno intervalo de uma hora para almoço. Eu não poderia, ao final desta jornada, deixar de parabenizar o conjunto dos Vereadores. Tivemos sempre, durante todo o dia, os 36 Vereadores aqui debatendo e trabalhando. Da mesma forma que os parabenizo, eu também gostaria de agradecer ao conjunto dos Vereadores, porque todos contribuíram muito na condução dos trabalhos, mesmos nos momentos mais difíceis, mesmo nos momentos de maior divergência, nos auxiliaram muito. Eu realmente sou muito grato, porque as Sessões longas são bastante difíceis de serem conduzidas.

Continuando os agradecimentos, quero aqui agradecer a aguerrida Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, ao meu Líder Paulo Brum, ao Ver. Dr. Goulart, ao Ver. Luciano Marcantônio, que estiveram sempre juntos pensando conjuntamente, como deve se comportar um verdadeiro partido político que olha para frente, que olha para as coisas da Cidade.

Eu sou daqueles que acredita que, em política, não existem vencedores nem perdedores. A grande maioria das pessoas aqui ou tem muitos mandatos ou faz política há muito tempo. Nas eleições, quem acha que muitas vezes perde uma eleição é porque não sabe acumular com o resultado dela. Ver. Moisés, Líder do Governo Marchezan, a primeira grande votação indica que nós não teremos êxito no resultado final, mas podem ter certeza, Ver. Moisés, que V. Exa. acumulou muito na construção da sua Liderança nesta Casa, por tudo o que já foi dito e por mais alguns requisitos que quero dizer: pela sua postura, pela sua condição de sempre ouvir, de transigir, de colocar a sua posição mas com respeito, que eu acho que é primordial na sua condição como um todo.

Eu aprendi muito nesse processo, muito sobre a questão tributária de Porto Alegre. Nós somos Vereadores, somos generalistas, não conhecemos todas as atividades nem todos os assuntos. Eu suguei muito o pessoal da Fazenda e do Município, quero agradecer a eles também, foram todos sempre muito solícitos. Nós chegamos a diversas conclusões, eu continuo com a convicção de que a planta precisa ser reajustada. Acho que a planta genérica não é a mais justa, acho que temos, sim, que caminhar para construção de uma planta individualizada. Sabemos que o projeto veio com muitas dificuldades, nós trabalhamos intensamente – a Bancada do PTB – para tentar melhorar as condições do projeto, para que o principal objetivo, que era a reavaliação da planta genérica, pudesse ter o seu êxito.

Eu queria agradecer muito ao Ver. Idenir Cecchim, que, inclusive, tentou aqui uma composição, um grande ajuste para que todos pudessem ser liberados. Quero dizer que o Governo nos liberou para votar, mas, em nome da Bancada do PTB, eu quero dizer que nós, pela nossa coerência, pela construção que fizemos no projeto – aprovamos as emendas que apresentamos –, por uma questão de coerência, vamos manter o encaminhamento pela aprovação do projeto. Acreditamos que, mesmo não tendo sido aprovadas todas as emendas que precisavam ser aprovadas, o projeto, do que jeito que está, com as emendas, ainda cumpriria um papel importante.

Para finalizar, eu queria dizer que política não é uma ciência, não é um resultado matemático, não é uma temática que importa na ciência, porque política é uma

arte, e só quem compreender isso vai poder ter os melhores resultados na política. Muito obrigado, um grande abraço!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Muito obrigado, Ver. Cassio Trogildo. Eu restituo a presidência ao Presidente da Casa e aproveito para agradecer a ele a produção que fizemos aqui e a colaboração que tive de todos os Srs. Vereadores nos períodos em que presidi a Sessão. Muito obrigado a todos.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Faço um agradecimento muito especial ao Ver. Valter Nagelstein, Vice-Presidente, que, por muitos momentos, me substituiu aqui na condução dos trabalhos.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 013/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**, 25 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**

Declaração de Voto firmada pela Bancada do PT (Lê.): “Ao longo de sua história, o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu a justiça fiscal e social. Entendemos ser necessário estabelecer parâmetros solidários e justos para a construção de uma sociedade onde quem tem mais contribua mais e quem tem menos contribua menos. Essa bandeira histórica/segue sempre ao lado da real democracia e da participação popular, na qual o conjunto da população é quem decide as obras, investimentos e prioridades do Poder Público. Assim o fizemos aqui em Porto Alegre ao longo de nossas administrações populares. No debate sobre o projeto do IPTU proposto pelo atual governo municipal, a bancada de vereadores do PT se manteve aberta ao diálogo. Mesmo fazendo parte da oposição e discordando de projetos que atacam direitos do funcionalismo municipais e de toda a população; mesmo registrando que a proposta do Executivo tenha sido enviada de forma apressada ao Legislativo, com pouco tempo para o debate, e esteja recheada de imperfeições que comprometem a justiça fiscal e social que defendemos, assim mesmo estivemos dispostos a colaborar. Optamos, num primeiro momento, por contribuir no aprimoramento do projeto com emendas e sugestões que corrigissem as distorções. Entre as emendas apresentadas pela Bancada do PT, estão a instituição de alíquota progressiva no tempo, até o limite de 15%, sobre os imóveis que não cumprirem função social. Dessa forma, buscamos combater a especulação imobiliária em nossa capital. Também é proposta da bancada petista uma emenda que cria quatro novas alíquotas do IPTU: 0,75%, 0,9%, 1% e 1,1%, voltadas a imóveis de alto valor. Além disso, buscamos o compromisso ou sinalização da atual gestão de que as novas receitas geradas pela atualização da planta de valores fossem destinadas prioritariamente ao pagamento dos salários do funcionalismo, e também para assegurar a qualidade dos serviços públicos à população, além da retomada do orçamento participativo para definir os investimentos. Frente à recusa de

promover os ajustes sugeridos pela maioria na Câmara Municipal, os quatro vereadores do PT prosseguirão na luta pela justiça fiscal e votarão contra o projeto do Executivo. Seguiremos abertos ao diálogo e prontos para colaborar com a melhoria da cidade, apoiando propostas que promovam equanimidade no pagamento de impostos e tributos. Defenderemos permanentemente o princípio de quem tem mais deve pagamais, e quem tem menos deve pagar menos. Coerente com nossos posicionamentos históricos e orientada pela posição deliberada pelo Diretório Municipal do PT, a bancada manterá seu compromisso com a cidadania, com uma cidade mais justa e democrática. Porto Alegre, 27 de setembro de 2017. Vereadores do PT de Porto Alegre.”

Declaração de Voto firmada pelo Ver. Reginaldo Pujol (Lê.): “Procurei, sempre, construir caminhos que conduzissem a solução diversa da que, afinal, chegamos. Não logrei êxito. Assim, meu voto não é oportunista e não obedece a preconceitos ou razões ideológicas. O momento em que vive o país, com suas mazelas e desconfortos de toda a ordem, não permite que a proposta governamental seja acolhida em sua integralidade e, ao contrário, deveria ser melhor ajustada com os vários segmentos da sociedade Porto Alegrense que não suportam, neste momento, e com razão, um acréscimo nas suas obrigações tributárias com o Município mais do que as suas efetivas e reais possibilidades econômicas permitem. A proposta alternativa que apresentei, reconhecia e compreendia esta realidade e, se melhor entendida, representaria um caminho capaz de equacionar melhor os embates que ocasionaram esses resultados que são por nós compreendidos, mas não festejados.”

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão à 1h25min.)

\* \* \* \* \*